

Plano de Governo para Administração da Prefeitura do Município de Martinópolis (2017 – 2020)

CANDIDATURA:

Prefeito: Cristiano Macedo Engel (PV); **Vice:** Valentim

COLIGAÇÃO: PMDB, PV E PT

Introdução

Este plano de governo tem como objetivo central apresentar as propostas da candidatura ao poder executivo do Município de Martinópolis/SP, no mandato de 2017 – 2020. Para tanto, tais propostas terão como base o levantamento de dados gerais sobre o município e sobre a população local.

Tais dados visam efetuar um levantamento diagnóstico sobre a situação atual dos setores econômico, social e humano do município, bem como identificar a dinâmica espacial, os recursos territoriais e o potencial de infra-estrutura presente na área abordada.

São objetivos secundários desse plano:

- a) Entender a dinâmica sócio-econômica de Martinópolis, de modos a efetuar um planejamento participativo, considerando-se a população rural e urbana, da parcela central e das áreas periféricas, bem como dos distritos municipais.
- b) Compreender o processo de desenvolvimento regional e municipal na última década e buscar viabilizar ações que possam atender, na medida dos recursos disponíveis, os setores agrícola, industrial e de serviços (comércio, transporte, serviços gerais e públicos).
- c) Identificar quais as principais áreas de produção econômica em Martinópolis e propor alternativas para o fortalecimento produtivo, do setor comercial, de empregos, da infra-estrutura dos serviços públicos, bem como a possibilidade de inovações, que resultem em ações permanentes e duradouras, de médio e longo prazo.
- d) Procurar estabelecer parcerias entre agentes públicos federal, estadual e municipal através de convênios com políticas públicas estabelecidas nos últimos dez anos no Brasil e criar mecanismos de geração de renda, trabalho e nichos de produção, possibilitando-

se a viabilização de “cadeias” ou “mini-cadeias produtivas”, ligadas a produtos já caracterizados no contexto ambiental e cultural da região.

e) Estabelecer parcerias com entidades locais na busca de soluções para problemas pontuais e cotidianos do município, como:

- levantamento de ações emergenciais e pontuais na área de infra-estrutura, junto aos bairros e suas carências, considerando-se o índice de vulnerabilidade social.

- fomentar parcerias com “conselhos municipais”, dando voz às entidades consultivas para, dentro de um trabalho de consultoria elencar propostas, planos e projetos para resolução de problemas nas áreas de segurança, saúde, atendimento a infância, criança e adolescente, educação e atividade agrícola.

- incentivar parcerias na criação de redes e intercâmbios econômicos, com setores que promovam a implementação efetiva de um parque industrial, viabilizando a produção com base em produtos locais (matéria-prima e derivados), serviços técnicos locais e geração de renda local.

- proporcionar a manutenção de equipe multidisciplinar de profissionais do setor público que atendam as demandas de planejamento, orçamento, legislação e logística dos serviços públicos municipais que atendam dimensões das idéias, metodológicas e operacionais na criação dos projetos e efetivação dos planos de trabalho, ações preventivas e de assistência humana e de materiais.

Diante da exposição dos objetivos gerais será identificado o procedimento metodológico com base em propostas de trabalho com viés participativo de solidário. Essas propostas visam fomentar a participação de diversos setores da vida social, econômica e política do município de Martinópolis/SP, de modos que sejam evidenciadas ações democráticas, priorizando-se interesses gerais e coletivos, como principais instâncias de decisões e escolhas, os grupos de interesse e o poder público, em geral.

Este plano de governo, além de possuir caráter participativo, contará com a interligação entre agentes federativos, a saber, políticas públicas de cunho nacional implementadas pela União, demais políticas públicas de desenvolvimento, manutenção e infra-estruturas de serviços e verbas, e as ações desenvolvidas pelo poder público municipal, de acordo com recursos próprios e orçamento previamente aprovado nas instâncias legais.

O plano terá, contudo, referências estabelecidas na relação direta e intercambial com o poder legislativo na aprovação dos projetos, contas e orçamento, a fim de que haja harmonia entre os entes políticos municipais, assim como procurara respeitar e

cumprir normas legais, de gastos, compras, pagamentos, questões contratuais, normas ambientais, em consonância com os estatutos aos quais o plano estará subordinado.

Desse modo, buscar-se-á a fomentação de uma rede de relacionamentos, partindo-se do levantamento de dados diagnósticos – de ordem técnica e estatística, e de vivência local – para dinamizar a viabilidade das ações. Com isso, pretende-se efetuar a multiplicação de idéias e soluções, a participação das entidades civis (conselhos consultivos, empresariais, sociais, entidades sociais de caráter não-governamental e associações) em parceria com o poder público local.

Esse plano será estipulado para um mandato executivo de quatro anos, com base nas ações efetivas cotidianas de emergência e de maior necessidade, todavia, as propostas de trabalho de caráter coletivo e participativo serão organizadas a médio prazo, partindo-se do pressuposto da criação de uma cultura participativa entre os agentes municipais.

Viabilizando-se a cultura participativa e as ações a serem trabalhadas em redes e conexões, buscar-se-á a efetivação do plano de governo com vias em atender as necessidades básicas e imediatas do bom funcionamento das instituições (público-privadas), do convívio social e a pretensão de um crescimento econômico baseado nas alternativas criadas para a economia local, bem como a parceria com os convênios estatais e políticas públicas, de ordem social e orçamentária.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS

1.1. Características Físicas

O Município de Martinópolis está localizado na Região de Presidente Prudente, no sudoeste do Estado de São Paulo, que é constituída por 30 municípios, dos quais, destaca-se por apresentar uma extensa área e encontra-se subdividido administrativamente em três distritos, qual sejam: o de Martinópolis, Distritos de Guachos e o de Teçaindá (Mapa – 1).

O Município ocupa uma extensa área de 1.253,56 Km², sendo terceiro maior da Região. Faz divisas com Lucélia e Sagres ao norte, Parapuã a nordeste, Rancharia a leste, Nantes ao sul; a sudoeste com Taciba, a leste com Regente Feijó e Indiana e a noroeste com o município de Caiabú. Essas divisas são demarcadas principalmente por rios e córregos.

Distando 575 Km de São Paulo e com altitude média de 600 metros, Martinópolis situa-se entre as coordenadas geográficas de longitude entre 51° e 51°20' oeste e

A cidade encontra-se na parte central do Município, como pode ser observado no Mapa – 1, e localiza-se no espigão divisor de águas das bacias do Rio do Peixe – ao Norte – e do Rio Paranapanema – ao Sul. Os principais cursos de água que cortam o território, além do Rio do Peixe (N), são: o Córrego Santa Tereza, o Ribeirão do Guachos, o Laranja Doce, o Córrego Coroados, o Ribeirão Alegrete, o Córrego Estiva e o Córrego da Fartura.

[illegible]

Fonte: SOUZA, P.C., 2004

O relevo predominante é de planalto, e faz parte do Segundo Grande Planalto Paulista, do arenito Bauru (oeste). O solo é arenoso e de média fertilidade nas áreas central e sul, com bancos de argila a leste. Ao norte, na medida em que se aproxima do rio do Peixe o solo é rico em nutriente e boa fertilidade.

A vegetação nativa era uma mescla de mata atlântica com cerrado, contudo, após o desmatamento na segunda metade do século XX, predominam as áreas de cerrado na maior parte do território, com machas de Mata Atlântica nas áreas de preservação permanente às margens dos rios e riachos.

A área compreendida ao norte do perímetro urbano, além da Rodovia Assis Chateaubriand, dispõe de uma densa rede hidrográfica que formam várias microbacias. Ao sul do perímetro urbano até a divisa com Iepê predomina uma área de solo seco, com menos irrigação natural devido a menor rede de drenagem de rios.

Além de ser cortado pela Rodovia Assis Chateaubriand na região central, é cortado também pela Rodovia Raposo Tavares a sudoeste e a Homero Severo Lins na parte central, ligando Martinópolis a Rancharia, Paraguaçu Paulista e Assis. Outras rodovias presentes são a Coronel João Gomes Martins, que liga Martinópolis ao Teçaindã e a rodovia Osvaldo Campioni Ascêncio, acesso à Represa Laranja Doce (Mapa – 1).

1.2. Características Demográficas

Atualmente Martinópolis tem uma população de 25.102 habitantes – 12.990 homens e 12.112 mulheres, subdividida em população rural e urbana, 3.561 e 21.541, respectivamente. A maioria de população se concentra nas áreas urbanas, na cidade e nas seis vilas distribuídas pelo município (85,81%). Soma-se a esta, a população carcerária, que, desde a segunda metade dos anos 1990 faz parte do quadro demográfico local¹. Por ser um município de grande extensão territorial, densidade demográfica é baixa, sendo apenas 17,8 hab./Km² (www.seade.sp.gov.br, 2016).

A população geral vem crescendo desde os anos 2000. No censo de 2010 era de 24.351 (IBGE, 2010) e a partir desse ano, as projeções da Fundação SEADE, são de crescimento

¹. De acordo com técnicos da Agência do IBGE de Presidente Prudente, a população carcerária que cumpre pena é contabilizada como pertencente ao município em que se localiza o presídio.

anual, como se verifica na tabela 1, abaixo. Contudo, o que se observa é diminuição da população rural entre 2012 a 2016 e a continuidade do crescimento da urbana. A taxa de crescimento da população de Martinópolis, nos últimas décadas, contudo vem diminuindo, de 1,41% em 2000, para 0,81 em 2010 e 0,61% em 2016 (SEADE, 2016).

Como mostra a tabela 1, a taxa de urbanização do município também apresenta crescimento durante os últimos cinco anos, crescendo de 84,62% em 2012 para 85,61% em 2016, uma evolução de 1,19%, sendo 0,23 a.a., índice abaixo do nacional e do Estado de São Paulo.

Tabela 1- Martinópolis: Evolução de População Municipal, por sexo e localização espacial, 2012 - 2016

Períodos	População	População Masculina	População Feminina	População Urbana	População Rural	Grau de Urbanização (Em %)
2012	24.504	12.724	11.780	20.736	3.768	84,62
2013	24.656	12.791	11.865	20.940	3.716	84,93
2014	24.808	12.858	11.950	21.144	3.664	85,23
2015	24.961	12.925	12.036	21.348	3.613	85,53
2016	25.102	12.990	12.112	21.541	3.561	85,81

Fonte: www.seade.sp.gov.br, acessado em jul. 2016

A população rural distribuída pelas propriedades está concentrada na parte norte do território e nas áreas localizadas a leste e a oeste de cidade, em pequenas e médias propriedades, e é menos concentrada na parcela sul onde predominam os latifúndios. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização Desenvolvimento e Reforma Agrária – INCRA, no ano 2000 existiam 191 famílias assentadas no município à margem esquerda da rodovia Homero Severo Lins que liga Martinópolis a Rancharia.

1.3. Características econômicas e sociais

A base econômica sempre esteve voltada para o setor agropecuário com destaque para a produção de algodão e amendoim entre as décadas de 1940 e 1960. Culturas como, milho, feijão e mandioca também tiveram destaque e a pecuária de corte se fortaleceu no final dos anos de 1970.

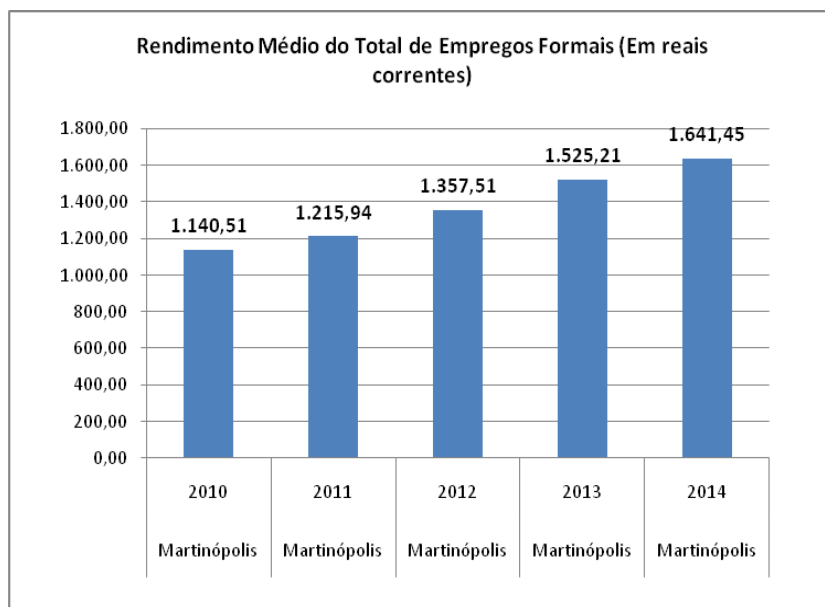
Com a crise do Estado nos anos 1980, as lavouras foram sendo substituídas pelas pastagens, sobrando as culturas específicas localizadas na parte norte do município, como o plantio do tomate, do milho e do algodão.

Na segunda metade dos anos 1990, houve crescimento das áreas de lavoura, contudo ainda bem pouco em comparação aos anos 1950 e 1960. Esse crescimento se deu devido a expansão indústria sucro-alcooleira na região, com aumento das áreas para o cultivo da cana-de-açúcar e a produção de açúcar e álcool-etanol.

A partir de 2003 com as políticas públicas de caráter social e os projetos nacionais para o desenvolvimento das regiões pobres, evidenciou-se o retorno da prática agrícola na região, com destaque para o milho, a soja, a mandioca, amendoim e batata doce. Em Martinópolis destaca-se a produção de amendoim, mandioca e soja nas lavouras temporárias e eucalipto e seringueira, nas perenes. Quanto a produção animal, destaque para a criação de galinhas poedeiras, ovos e frangos para abate, entre 2010 a 2015 (SAA/CIAGRI/IEA, 2015).

Em referência aos setores da economia, o PIB de Martinópolis em 2008 era de 224,51 milhões a.a., em 2010 evoluiu para 313,33 mil/a.a. e em 2014 chegou a 414 mil/a.a., um crescimento de 189,45 mil/a.a., com percentual de crescimento em torno de 84,4%, em cinco anos.

O PIB per capita em 2008 que era de R\$ 9.422,30, em 2012 foi para R\$ 16.905,42, crescendo cerca de R\$ 7.483,00, um aumento de 78,87%. Esse crescimento também refletiu no rendimento médio dos trabalhadores, de modo geral, que evoluiu de R\$ 1.140,51, em 2010 para R\$ 1.641,45, em 2014 (SEADE, 2016). Além da valorização real do salário mínimo entre 2003 a 2014, evidencia-se também o crescimento da mão-de-obra não atrelada as atividades braçais, mais ligada ao setor de serviços, e o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural



Fonte: www.seade.sp.gov.br, acessado em jul. 2016

Todavia, mesmo com o crescimento do PIB, do PIB per capita e nos rendimentos médios dos empregos formais entre 2010 a 2014, observou-se que quantidade de

postos de trabalho não apresento crescimento no mesmo sentido. Para tanto, verifica-se que o total de empregos formais em 2010 era de 3.084 postos e em 2014 foi para 3.365, número bem abaixo da população em idade de trabalho, calculada entre 20 a 59 anos de idade, que em 2014 era de 14.629, constatando-se que o município só absorve cerca de 1/3 dos trabalhadores residentes no local e 2/3 desenvolvem suas atividades fora.

Nesse caso, mesmo que os dados referentes a renda e crescimento econômico sejam positivos, constatou-se que muito da renda gerada no local tem origem em atividades realizadas fora do município, sendo que o capital gerado pela força de trabalho é de apenas 1/3 da mão-de-obra local, aproveitada.

Em referência aos dados sociais, percebe-se que alguns dados estão dentro do padrão nacional e estadual, porém outras situações exigem atenção, como por exemplo, educação de jovens e adultos. A taxa de analfabetismo na população com 15 anos ou mais é de 7,53% acima da média do Estado que era de 4,33%, em 2010. O percentual de pessoal entre 18 a 24 (nascidos entre 1986 a 1992) com Ensino Médio completo era de apenas 51,17%, em 2010, abaixo da média estadual que era de 57,9% (SEADE, 2016).

A respeito do Índice de Vulnerabilidade Social, 67,4% da população urbana está no nível de vulnerabilidade média, todavia nos níveis mais agravantes, que identificam vulnerabilidade alta e altíssima, 6,3% dos urbanos estão expostos a vulnerabilidade alta e cerca de 3,1% da população rural esta exposta a vulnerabilidade altíssima. Ou seja, nessas condições, estavam submetidas cerca de 750 pessoas no rural e expostas a vulnerabilidade alta, cerca de 1.400 pessoas no urbano (SEADE, 2016).

Para identificar com mais detalhes os índices social, alguns dados de infraestrutura ligados a saneamento foram obtidos entre 2000 e 2010 e verificou-se que o abastecimento de água potável caiu de 98,4 para 97,1% , em dez anos e a coleta de lixo que alcançava 99,14%, cresceu 0,5% em dez anos, chegando em 2010 a 99,64%. Diferentemente do abastecimento de água, a rede de esgoto sanitário que atendia 84,27% das residências em 2000, em 2010 passou a atender 96,18%, crescendo cerca de 12%, em dez anos.

3. Dimensões do plano de governo

Este plano será pautado em dimensões que possam atender de forma prática, funcional, financeira e políticas as necessidades emergenciais, básicas e cotidianas e projetos que possam agregar legados desenvolvimentistas para o município.

Em caráter emergencial, pretende-se intensificar as atuações do poder público nas questões pertinentes nos setores de infra-estrutura urbana (obras, recapeamento asfáltico, esgotos) e rural, no setor da saúde (atendimento emergencial (pronto-socorro) e fornecimento de remédios e medicamentos).

Em caráter de serviços básicos e cotidianos, procurar-se-á a melhor aplicação dos recursos na melhoria dos serviços de obras, garantindo a continuidade das mesmas, a adequação contratual e física das que estão paralisadas, devido problemas judiciais e/ou de orçamento e a manutenção das estruturas físicas que funcionam com recursos municipais ou repasses.

Quanto a aprovação de projetos inovadores de caráter estrutural e desenvolvimentista, buscar-se-á parcerias público-privadas, recursos oriundos de emendas parlamentares junto aos órgãos políticos e técnicos da União (Ministérios e Câmara dos Deputados) viabilizando o crescimento dos setores urbano e rural, num contexto interligado.

3.1. Dimensão do desenvolvimento geral

Entende-se por desenvolvimento geral o eixo norteador do plano no contexto teórico-metodológico das idéias e ações, tais como a formulação de um Conselho de Desenvolvimento Municipal gerenciado pelo poder executivo com participação, de um equipe interdisciplinar que abarquem profissionais de diversos setores como, de infra-estrutura, construções e obras, orçamento, custos e questões contábeis, das ciências humanas e necessidades afins, das questões legais, estatutárias e constitucionais, das áreas de logística, mercado e produção, em geral.

As atribuições da equipe poderão ser:

- a) Pensar os problemas da cidade e do campo com viés multidisciplinar, contemplando as questões de infra-estrutura física e humanas;
- b) Verificar, através de consultas abertas e pesquisas os problemas emergenciais e/ou mais evidentes em curto e médio prazo, propondo soluções, cabíveis, alternativas e orçamentárias;
- c) Dar voz aos Conselhos Municipais, na constituição e formados, no que se refere ao seu papel consultivo e normativo das ações, inovações e serviços a serem desenvolvidos ou prestados;
- d) Debater e pensar os custos, gastos e benefícios dos projetos e ações, de acordo com disponibilidade orçamentária e legislação vigente (trabalhista, ambiental, fiscal),

para que possam ser efetuados com maior nível de segurança e menor nível de inadimplência, com garantias de execução, funcionalidade e finalização dos projetos.

e) Articular parcerias e convênios na construção dos projetos de desenvolvimento, de modos a captar novos recursos junto aos agentes federais e estaduais, assim como na iniciativa privada, na elaboração de planos de planejamento (projeto – execução – orçamento – resultados)

f) Levantar e fomentar debates com o legislativo sobre a viabilidade ou não das propostas de trabalho, projetos e legados permanentes, em longo prazo.

g) Manutenção dos serviços básicos, com planejamento e inovação, dentro das disponibilidades orçamentárias, da legislação vigente, do processo de prestação de contas e dos gastos aplicados com equidade e coerência administrativa.

h) Desenvolver uma política fiscal e orçamentária de modos que venham suprir a necessidades básicas da população de Martinópolis, através de inovações, captação de recursos, agregando renda e promovendo emprego.

i) Demais atribuições a ser elencadas pelo poder executivo.

Além dos trabalhos deste Conselho, propõe dentro do Departamento de Desenvolvimento, a criação de uma Comissão de Planejamento Estratégico, que terá como objetivo identificar problemas e soluções situacionais de caráter normativo e infraestrutural, como também possibilitar a captação de verbas e convênios através de articulação de projetos, em nível de repasses do Governo Federal e do Estado.

A captação dessas verbas e convênio poderá ser viabilizada através dos fluxos de informações nas redes digitais dos ministérios e secretarias, ou demais órgãos que assessoram essas pastas. A intenção é viabilizar projetos integrados às políticas de desenvolvimento, dentro das normas, critérios, propostas e prazos estipulados pelos órgãos competentes.

Nessa dimensão pretende-se estabelecer uma rede de interligações entre agentes municipais, de modos que tanto urbano, como rural, cidade como distritos sejam evidenciados dentro de suas necessidades.

No contexto desenvolvimentista, pretende-se, com base em dados estatísticos e de caráter humano, priorizar o processo que venha atender as escalas econômicas e articulações de produção já existentes no município e outras que possam ser viáveis na promoção social, econômica e humana da população local.

Para tanto, serão avaliadas os pontos fortes da produção local, como setores da agropecuária e do comércio, geradores de emprego, em consonância com os setores industrial e agroindustrial.

Dentro desse contexto, as questões ambientais serão identificadas como prioridade em relação as necessidades dos recursos físicos naturais dos quais disponibiliza o território de Martinópolis, a saber, a diversidade do solo, a rede de drenagem dos rios e a geomorfologia rural-urbana, a vegetação nativa e plantada, as questões de saneamento básico, áreas de risco e a questão da saúde.

3.2. Dimensão econômica

A dimensão econômica aparece como necessidade fundamental para um plano de governo articulado com demais setores. Essa dimensão, considerando-se o novo modelo de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), para União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do Mercado comum do Sul (Mersocul), contempla atores públicos, privados e da sociedade civil. Nesse contexto, consideram-se as questões do desenvolvimento sócio-econômico, territorial, cultural e ecológico, tendo como peça chave o desenvolvimento humano.

Para tanto, a dimensão econômica do desenvolvimento municipal tem como pretensão a articulação entre os espaços rural e urbano, setores público e privado. Ela tem como ponto de partida a promoção de mini-cadeias produtivas interligadas com as produções locais já existentes e possíveis de serem viabilizadas no território do município.

Essa articulação, a princípio se dará na implementação do distrito Industrial de Martinópolis e captação de empresas com recursos de capital a serem incentivadas pelo poder público local a montar instalações locais, contudo com articulação entre as mini-cadeias produtivas e fornecimento de bens e serviços às mesmas.

I – Mini-cadeia produtiva de aves: galinhas poedeiras, ovos, frangos para abate e ração

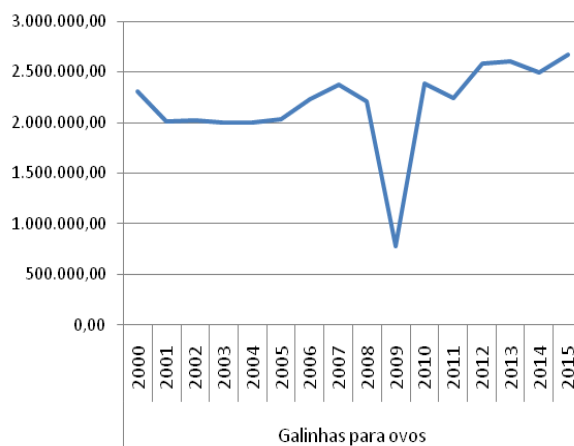
Partindo do pressuposto de que o Município de Martinópolis, durante as décadas de 1970 e 1980 implementou um núcleo granjeiro, nas áreas da Microbacia do Ribeirão Alegrete e de que nos anos 1990 e 2000 essa Microbacia passou por um projeto de recuperação dos recursos físicos e naturais, esse plano tem como proposta a reativação do

núcleo granjeiro no municípios com base em fatores já pré-existentes, além dos acima expostos, quais sejam:

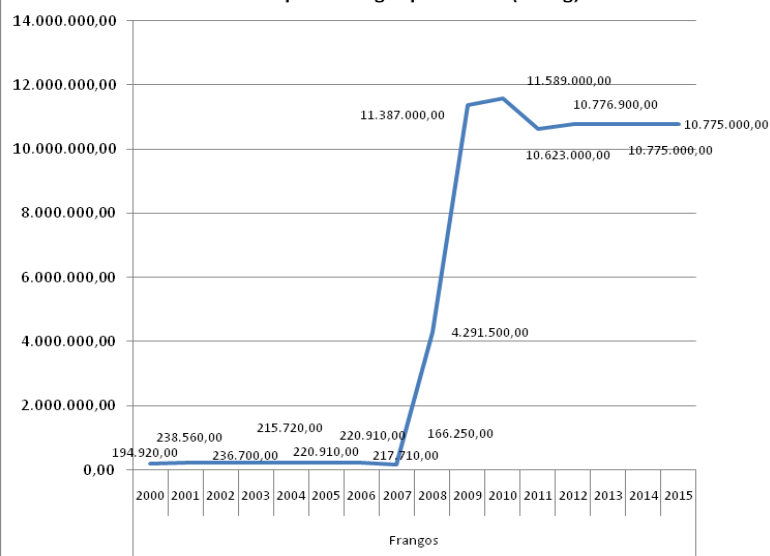
a. A recuperação da produção de aves para abate com instalação de galpões de criação de aves em propriedades rurais localizadas na Microbacia do Ribeirão Alegrete. (ver gráficos 2, 3 e 4)

b. A existência de propriedades produtoras de aves para abate, poedeiras e ovos desativadas na área da Microbacia.

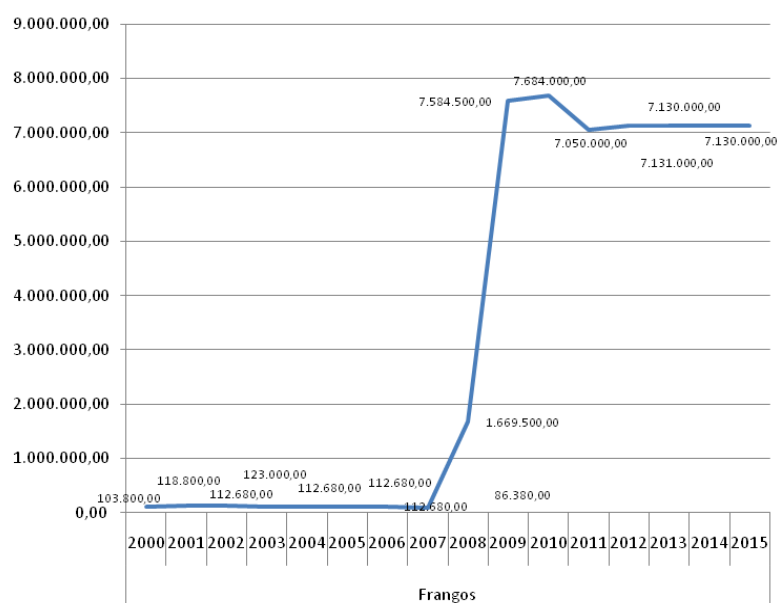
Martinópolis: produção de galinhas poedeiras (Nº em cabeças)



Martinópolis: frangos para abate (mil.kg)



Martinópolis: produção de frango para abate (nº cabeças)



c. A parceria com a Indústria Frigorífico de Aves “Palmali” situada no Município de Rancharia, às margens da rodovia Homero Severo Lins a 30 Km da área produtora.

d. Facilidade logística para transporte dos produtos tanto nas estradas rurais como nas rodovias de acesso rápido.

e. Controle ambiental e do uso dos recursos naturais nas áreas de microbacias, adequados a produção, dentro das normas ambientais e sanitárias.

Serão propostas para a implementação da Mini-Cadeia produtiva;

i. Participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR)

ii. Parceria com empresa compradora e receptadora dos produtos, para instalação de entreposto de abastecimento, logística e/ou beneficiamento dos produtos no município.

iii. Política fiscal atrativa para instalação de entrepostos e redução dos custos em logística.

iv. Instalação e fomento de empresas produtoras de alimento animal na área da Microbacias ou nas proximidades dos fluxos dos produtos.

v. Incentivo a formação de cooperativas ou associação de produtores, com objetivo de aumentar a produção e melhorar a produtividade através da compra de insumos, implementos e suprimentos agrícolas.

vi. Parceria entre Associação da Coleta Seletiva do Lixo e empresas que possam reutilizar o material descartável na fabricação e embalagens.

vii. Fornecimento de assistência técnica agrícola e ambiental através da Casa da Agricultura e CATI, pelo poder público, em parceria com Estado.

viii. Captação de recursos através de projetos viabilizados pelas Políticas Públicas de programas estaduais de meio ambiente, cooperativismo, microbacias, melhor caminho, PRONAF e PAA, etc.

ix. Incentivo a captação de mão-de-obra local e contratação de convênios para cursos de associativismo, administração e extensão rural, produção de alimentos, logística, manejo produtivo e ambiental, SEBRAE, micro empreendedorismo e de mercado.

x. Incentivo e recuperação das antigas instalações do núcleo granjeiro, infraestrutura e incentivo fiscal, dentro da estrutura orçamentária municipal.

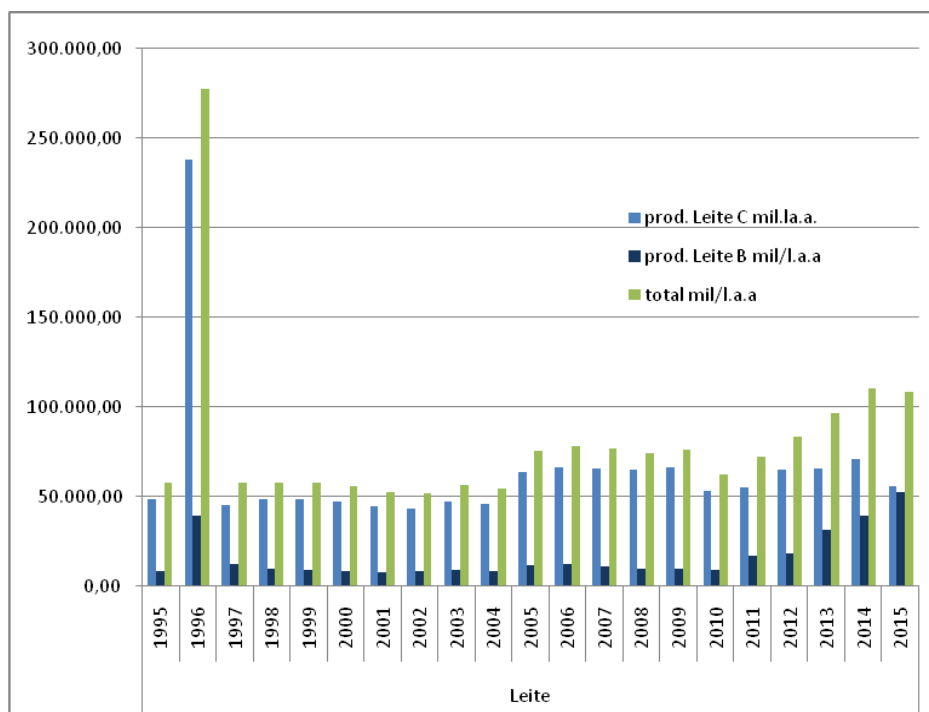
II – Mini-cadeia produtiva do leite: leite bovino e derivados, alimento animal

A partir dos anos 2004, verificou-se o surgimento de uma bacia leiteira no município de Martinópolis (SOUZA, 2012), com pouca articulação em rede de ações, todavia abastecida por pequenos e médios produtores rurais. Verificou-se também que tais produtores atendem as normas de produção, higienização e armazenamento do leite, bem como os devidos cuidados e manejo na criação do gado leiteiro. Todavia, não verificou-se articulação em cadeia produtiva.

Além dos produtores que, tradicionalmente desenvolviam atividades agrícolas, o Município possui 192 famílias assentadas em lotes que distam entre 6 a 8 Km da zona urbana, onde muitos deles se dedicam a produção de leite. Assim, verificou-se o crescimento de uma pequena bacia leiteira fornecedora para empresas e cooperativas situadas em presidente Prudente, Lucélia e Tupã.

O gráfico 5 demonstra como o crescimento foi evidente entre aos anos de 1995 a 2015, contudo, verificou-se a ausência de articulação permanente entre poder público municipal, associação de produtores, baixo cooperativismo e produção.

Martinópolis: produção de leite tipo C e B, 1995 – 2015 (mil/l.a.a.)



Fonte: Ciagri/IEA/SAA/SP, 2016.

A ausência de empresas processadoras do leite e derivados e de cooperativismo força os produtores rurais a venderem o produto pelo preço aplicado pelas empresas regionais, computando custo do armazenamento e transporte. Nesse caso, as propostas para a articulação dessa mini-cadeia, são:

- i. Participação efetiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
- ii. Fomento ao associativismo e cooperativismo, com incentivo do poder público, entre produtores de leite e derivados.
- iii. Incentivar a produção dos derivados do leite na indústria local
- iv. Proporcionar, no futuro distrito industrial a instalação de empresas ligadas a produção de leite e derivados, de modos a catar mão-de-obra local e incentivar a produção de alimentos com base na matéria-prima produzida em território municipal.
- v. Proporcionar articulação entre poder público e políticas públicas para a manutenção das estradas rurais, viabilizando transporte do produto e acesso dos produtores a área.
- vi. Fornecimento de assistência técnica adequada e presencial aos produtores, bem como promoção de cursos relacionados ao manejo da produção, manejo rural e ambiental, produção e produtividade.
- vii. Incentivar novos produtores rurais a readequarem-se a produção leiteira, bem como de possíveis derivados do leite (doce, queijo, requeijão, nata), dentro da propriedade rural, para agregação de renda.
- viii. Identificar problemas e soluções de estrutura permanente para manutenção da mini-cadeia produtiva.
- ix. Incentivo a criação de microempresas ligadas a produção de alimentos derivados do leite.

III – Mini-cadeia produtiva - culturas temporárias sazonais: mandioca, amendoim, feijão e olerícolas

Além da cana-de-açúcar que se territorializou em toda região, através da implementação da indústria sucro-alcooleira, outras culturas tradicionais foram evidenciadas na área, durante a última década. São culturas relacionadas ao tipo do solo, ao clima e sua sazonalidade e a cultura de produção local, quais sejam, mandioca, amendoim e feijão.

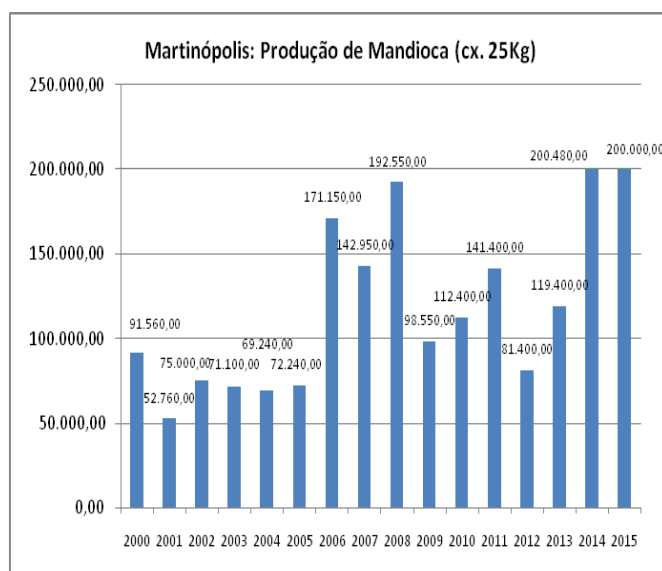
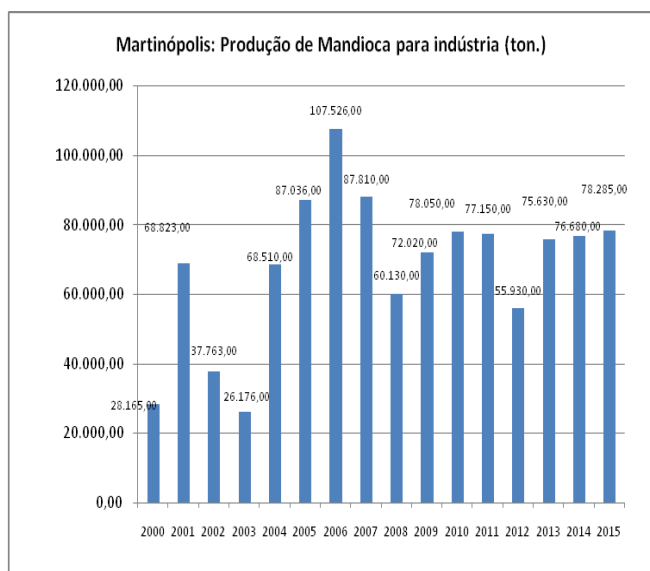
A idéia de se articular uma mini-cadeia produtiva em torno das culturas temporárias está vinculada também a implantação do Parque Industrial, com empresas que

venham absorver esses produtos, os derivados e conseqüentemente produzam novos derivados.

No caso da mandioca, o município já possui duas empresas relacionadas ao produto; uma farinheira e uma usina de álcool de mandioca.

Diante disso é intenção desse plano de governo, oferecer suporte para instalação de novas empresas que venham agregar nessa mini-cadeia produtiva, como uma indústria de farinha e polvilho, fécula e matéria-prima para higiene e medicamentos.

Considerando-se a produção crescente da mandioca para indústria como para mesa (gráficos 6 e 7), pretende-se promover esse mini-cadeia em torno do produto, derivados e serviços e suporte técnico para o desenvolvimento da cultura, tipicamente caracterizada ao tipo de solo do município.



Fonte: Ciagri/IEA/SAA/SP, 2016.

Serão propostas para a fomentação dessa cultura:

- i. Participação do conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR)
- ii. Instalação no Parque Industrial de empresas relacionadas a produção da mandioca e seus derivados, bem como outros tipos de alimentos agregados ao produto.
- iii. Incentivo ao cooperativismo entre pequenos produtores tradicionais e assentados

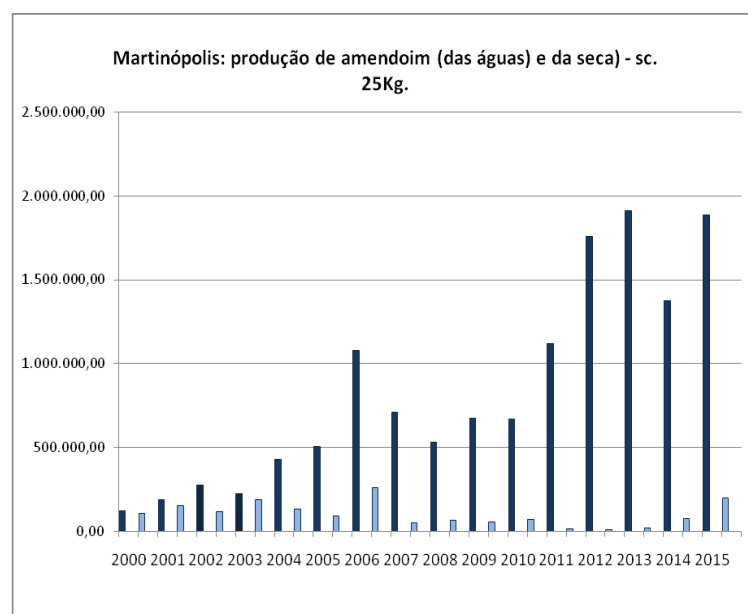
iv. Intercalar a cultura da mandioca no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, através do incentivo de agregar novos produtores, novas áreas e melhoria na produtividade, agregando renda e mão-de-obra local.

v. Incentivar, através da assistência técnica permanente e cursos de capacitação, a interação dessa cadeia produtiva ao Plano de Desenvolvimento Municipal, Plano de governo para 2017 – 2020.

vi. Incentivar nas pequenas propriedades produtoras de mandioca, o manejo de produção, manejo rural e ambiental dos recursos naturais (solo, água, vegetação)

vii. Manter e ampliar convênios com políticas públicas estaduais e federais na captação de recursos, crédito e demais subsídios como incentivo a produção e desenvolvimento, através de projetos fomentados pelo poder público municipal, através dos Departamentos de Agricultura, Meio ambiente, Compras, e de Planejamento

Devido a fatores como: a) constatação do crescimento principalmente da cultura do amendoim no município, desde ano 2000 (gráfico 8); b) considerando-se que essa cultura em outra época já foi bem aceita na região; e, c) que as culturas do amendoim e feijão podem ser executadas a partir de técnicas muito similares e de assistência técnica comum entre elas, a proposta é implementar as mesmas ações fomentadas para impulsionar a produção de mandioca, todavia acrescentando-se a possibilidade de agregar empresas beneficiadoras e/ou pequenas e médias indústrias relacionadas a produção de alimentos, que possam dinamizar a produção local, agregando mão-de-obra e melhor produtividade.



Fonte: Ciagri/IEA/SAA/SP, 2016.

Além das propostas acima descritas para a cultura da mandioca, propõe-se também:

i. Estabelecer parcerias com municípios produtores de amendoim e feijão da região da Alta Paulista, como da Região de Presidente Prudente, agregando maiores conhecimentos de produção, além do já preexistente e melhor conhecimento de mercado para os produtos, que são típicos do solo e do clima local

ii. Diante da possibilidade implantação de empresas alimentícias no futuro distrito industrial, verificar a possibilidade de adequação logística da produção e maior escala, para dentro e fora da região, visto o consumo nacional do produto e a importância dessas culturas no Oeste Paulista.

Quando a cultura das olerícolas visa-se a promoção do associativismo, firmar convênios com governo Federal para ampliação do Programa da Produção de Alimentos (PAA) e Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), incentivo a cultura de produtos orgânicos para abastecimento da merenda escolar e de demais instituições públicas consumidoras de legumes, hortaliças e tubérculos de modo geral, junto a pequenos produtores e assentados.

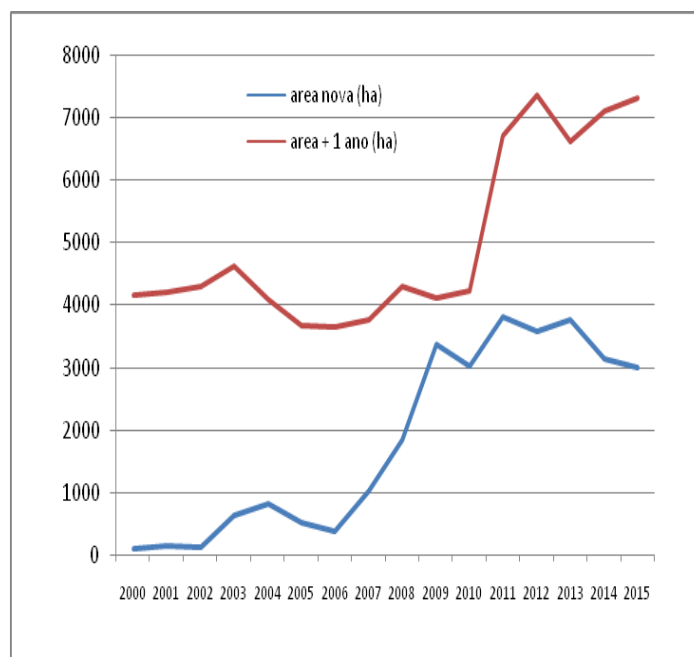
Nesse contexto, propõe-se também a oferta de assistência técnica agrícola e ambiental, convênios com SEBRAE e parcerias com empresas relacionadas a produção e suporte logístico da produção, por estar relacionada a produtos perecíveis.

IV – Mini cadeia produtiva - culturas perenes: eucalipto, seringueira e cítricos

De fato, as culturas perenes elencadas e evidenciadas no território municipal que apresentaram crescimento foram principalmente o cultivo de eucalipto e da seringueira. No caso do eucalipto, verifica-se o crescimento dessa lavoura entre região sul do estado de São Paulo, as margens do Paranapanema, até a parte leste do Mato Grosso do sul, região de Três Lagoas. Várias manchas de plantio de eucalipto têm sido notificadas nessas regiões, impulsionadas pela indústria de papel e celulose e pelo consumo de madeira, como alternativa para substituição das madeiras de lei nas propriedades rurais e construção civil.

Em Martinópolis, segundo dados do IEA/Campinas (2016), o plantio de eucalipto apresenta relativo aumento nos últimos dez anos (gráfico 10). Isso se reflete ao consumo da madeira no meio rural, para construção e a disponibilidade da rede de drenagem no território, viabilizando o crescimento da arbórea.

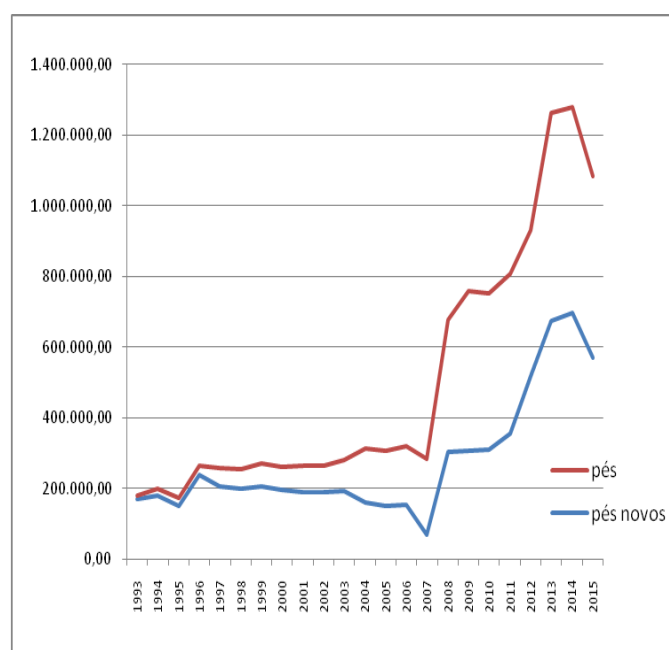
Martinópolis: evolução do plantio de eucalipto entre 2000 - 2016



Fonte: Ciagri/IEA/SAA/SP, 2016.

O plantio da seringueira tem aumentado, contudo em propriedades pontuais. Todavia, o crescimento é evidente, não podendo desprezar-se a presença da arbórea no município (gráfico 11).

Martinópolis: evolução do plantio de seringueira – 1993 – 2015 (nº de pés)



Fonte: Ciagri/IEA/SAA/SP, 2016.

Apesar de não necessitarem de muita mão-de-obra, tanto o eucalipto quanto da seringueira produzem matérias-primas para grande indústria de celulose e da borracha, o que agrega valor de mercado, sendo que necessitam também de estrutura logística, incentivos de produção, tanto dos derivados como das mudas.

Muitas pequenas propriedades, entre produtores tradicionais e assentados, do Oeste Paulista têm produzido mudas dessas arbóreas para comercializá-las com grandes dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. As mudas têm configurado alternativas de renda para pequenos produtores que se especializam na área, tanto quanto do eucalipto, seringueira, como de outras espécies de madeira de lei para reflorestamento e reconstituição das APPs.

As propostas são de criação de um nicho de mercado para produção de mudas das espécies citadas, como aprimoramento na produção de outro tipo de mudas no município. Assim:

- i. Participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural no impulso desse nicho de mercado.
- ii. Associação para produção de mudas de eucalipto e seringueira, como incentivo a produção crescente no município, através de assistência técnica, logística e manejo ambiental e o plantio de mudas nativa e na recomposição das APPs, como parte de acordos com Ministério Público em relação a crimes ambientais.
- iii. Promoção de cursos que venham viabilizar o fomento das culturas no município e na região.
- iv. Parceria com demais municípios que incentivam as culturas do eucalipto e da seringueira, na composição de cooperativas e estrutura logística de produção e transporte.

V – Distrito Industrial

Diante do exposto sobre as mini-cadeias produtivas coligadas às produções agrícola em crescimento no município nos últimos 15 anos, procurar-se-á viabilizar planejamento estratégico e situacional para implantação do Distrito Industrial do município de Martinópolis.

Esse projeto faz parte desse Plano de Governo e tem como objetivo interligar os demais projetos da área econômica, interligando-os a área social e de infra-estrutura. A saber, são objetivos específicos desse projeto: a) identificar empresas que possam ser alocadas para as áreas do município, com instalações novas e modernas capazes de agregar desenvolvimento econômico, social e humano; b) proporcionar com que essas empresas

possam gerar postos de trabalho, tanto empregos diretos como indiretos, e incentivar a formação de mão-de-obra qualificada local, para desenvolver atividades complexas relacionadas aos setores que atuam e ao mercado; c) através da implantação do distrito, vincular a mão-de-obra local à formação continuada, técnica e intelectual, favorecendo assim a qualificação em nível de anos de estudo da população local, principalmente na faixa etária entre 18 – 25 anos.

São propostas para o Distrito Industrial:

- i. Participação do conselho municipal de desenvolvimento e planejamento
- ii. Interligar as possíveis mini-cadeias produtivas as plantas industriais instaladas no distrito, em posição geográfica estratégica, onde possa ter suporte logístico, fluxos de matérias-primas, manufaturados e mão-de-obra.
- iii. Incentivar a instalação de demais empresas que possam atender o suporte logístico, de alocação de bens e serviços, bem como estrutura técnica local para manutenção das plantas industriais.
- iv. Identificar possíveis interligações entre as mini-cadeias produtivas de alimentos e matérias-primas a demais empresas que queiram instalar-se no município, devido a subsídios e incentivos proporcionados pelo poder público.
- v. Proporcionar infra-estrutura urbana de fornecimento e energia, água, esgoto, ruas pavimentadas, sinalização de trânsito e tratamento do lixo industrial, dejetos e demais descartes de resíduos sólidos, de acordo com normas ambientais e de saneamento.
- vi. Manter convênios com empresas e escolas do Sistema S, para formação de continuada de profissionais, qualificando-se a mão-de-obra.

3.3. Dimensão social: educação e esporte, saúde e saneamento, segurança pública

Entende-se por dimensão social a áreas de educação, saúde, habitação e saneamento, segurança pública, bem como a oferta de serviços essenciais para promoção social e humana no município.

A saber, verificando-se questões relacionadas às áreas da saúde e educação, entende-se que são setores que dependem de verbas correntes e permanentes por se tratar de serviços essenciais para promoção da vida e do ser humano, como cidadão.

As verbas da educação estão atreladas aos governos federal e estadual e, existem parcerias estipuladas por legislação específica, o mesmo ocorre com a área da saúde que, em si, tem um maior peso dos recursos financeiros advindos de políticas nacionais do

Sistema Único de Saúde e da administração local, tanto no campo da saúde preventiva, no atendimento ambulatorial como no tratamento de epidemias e doenças crônicas.

Entendendo-se as despesas e custos e demais recursos para manutenção e prestação de serviços nessas áreas, a proposta é criar mecanismos que melhorem a oferta de saúde e educação, quanto a qualificação do oferta (atendimento e formação), como agilidade e praticidade dos serviços.

I – Educação, esporte e cultura

A educação no Município de Martinópolis é ofertada pelas redes pública (municipal e estadual) e pela rede privada. No município existem turmas que são atendidas desde a Educação Infantil (rede pública, privada e instituições filantrópicas), o Ensino Fundamental (ciclos I e II – 1º a 9º anos) pelas redes pública (municipal e estadual) e privada, e o Ensino Médio ofertado pelas redes pública (estadual) e privada. Não existe no município a oferta de Ensino Técnico, de Jovens e Adultos (EJA) e de Ensino Superior, formalmente organizados.

Os recursos para educação pública proferem de verbas federal (FUNDEB) e das verbas estaduais, de acordo com a LDBE 9694/96. Outras verbas atreladas a educação são: Merenda Escolar, Transporte de Alunos (estadual) dentro do município e transporte de alunos para cursos técnicos e universitários (recursos próprios).

A educação especial é ofertada pela Associação de pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e pelas redes públicas estadual e federal.

Apesar dos recursos para educação estarem indexados às receitas da União e do Estado de São Paulo, mediante legislação própria, fica evidenciado que outras possibilidades para oferta de educação no município podem ser buscadas, a fim de atender demandas e qualificar a formação populacional, doravante.

Desse modo, algumas propostas para educação serão elencadas nesse plano, a fim de atender demandas presentes e ausentes, quais sejam:

- i. Participação efetiva do conselho Municipal de Educação como órgão consultivo e fiscalizador dos gastos, de forma democrática.
- ii. Ofertar Educação de Jovens e Adultos na medida da procura pelas vagas, e da necessidade de formação alfabetizadora, diminuindo-se índices de analfabetismo e analfabetismo funcional.

iii. Oferta de Ensino Técnico de qualidade (ETCE ou IFSP) em condições que atendam as demandas das futuras mini-cadeias produtivas citadas no Plano de Governo.

- Viabilizar local e infra-estrutura, de acordo com orçamento, para construção de uma escola técnica vinculada ao Governo Estadual ou Federal

- Entender as necessidades de oferta de Ensino Técnico segundo propostas do Plano de Governo, viabilizando-se cursos capazes de formar mão-de-obra qualificada que atendam demandas locais, regional e em outras escalas.

- Incentivar, através de convênios a oferta e cursos técnicos nas áreas propostas e serem levantadas em pesquisa pública e de mercado.

- Criar mecanismos de geração de mão-de-obra local na oferta do Ensino Técnico, e produção de mão-de-obra qualificada.

- Intensificar setores de pesquisa e planejamento e nível municipal em parcerias com instituições de Ensino Superior regional.

- Possibilitar formação continuada de profissionais.

iv. Promover continuidade ao projeto de transporte escolar para universitários, de acordo com lei municipal, com recursos próprios.

v. Buscar a promoção de eventos, como, seminários e fóruns de escala regional, com temas abrangentes da contemporaneidade, como: meio ambiente, violência, políticas públicas de cunho social, empreendedorismo, formação continuada, políticas urbanas, extensão agropecuária, etc.

vi. Incentivar a aquisição de merenda escolar com alimentos produzidos pela agricultura familiar e orgânicos.

vii. Viabilizar acesso a internet grátis junto às instituições públicas e acesso a informação.

viii. Recuperar, organizar, manter, fomentar e fornecer infra-estrutura a utilização da biblioteca pública municipal, com acesso a livros, periódicos, computadores e rede “wi-fi”.

ix. Manter convênios com instituições universitárias regionais no auxílio a pesquisa, planejamento, oferta de estágios e implementação de projetos locais.

x. Atendimento às demandas educacionais dos distritos, vilas áreas periféricas com serviços de transportes, internet e pessoal qualificado, no local.

Na área dos esportes:

i. Estabelecer convênios e parcerias para reorganização, modernização e utilização do complexo esportivo “Helio Sanchez”

ii. Estabelecer convênios e parceria na organização de um futuro complexo esportivo Estádio Municipal “peladão” e identificar ações de planejamento para prática desportiva que atendam as demandas locais, em diversas faixas etárias;

iii. Possibilitar projetos que fomentem a prática esportiva de modalidades que atendam necessidades das populações locais, segundo níveis de vulnerabilidade e a cultura local;

iv. Possibilitar projetos de práticas esportivas e de lazer, para idosos e aposentados.

v. Planejar ações e práticas esportivas intercaladas com os projetos sociais, às políticas sociais para jovens, e adolescentes e menores vulneráveis; planejar parcerias com as escolas de futebol públicas e privadas, bem como fomento e integração com projetos “Banda Marcial”, Proerd e “Espaço Cidadão”;

vi. Definir estrutura orçamentária para setor dos esportes, de acordo com LDO e estabelecer convênios com Ministério dos Esportes e da Cidades, para implementação de novas infra-estruturas de esportes

II – Saúde e saneamento

Nessa segunda dimensão social, a saúde, é um setor que demanda recursos também oriundos de outras instâncias federais e estaduais, todavia, como a educação é parcialmente municipalizada.

Contanto com um dos maiores planos de saúde pública do mundo, o Sistema único de Saúde (SUS) e entendendo que terá continuidade na esfera federal, e que o mesmo proporciona atendimento para todas as classes sociais, pretende-se aprimorar os convênios com o mesmo, além de manter e aprimorar as ações em saúde preventiva, em convenio com a Superintendência de Controle de Endemias (SECEN) como o combate a dengue, raiva, leishmaniose, H1N1, e outras doenças infecto contagiosas.

Observa-se que, assim como no cenário nacional alguns dados de saúde foram positivos nas últimas décadas, como a esperança de vida, taxas de mortalidade infantil e taxas de natalidade e fecundidade, em queda.

Todavia, ações ambulatoriais e de pronto-socorro precisam ser rearticuladas, através de parceria com a Santa Casa, o SUS, entidades municipais e planos de saúde. Como pode ser observado na Tabela 2, os número de leitos hospitalares são os mesmos entre 2010 a

2014, contudo o crescimento populacional proporcionou uma diminuição no coeficiente por mil/habitantes, o que na verdade deveria ter sido ampliado.

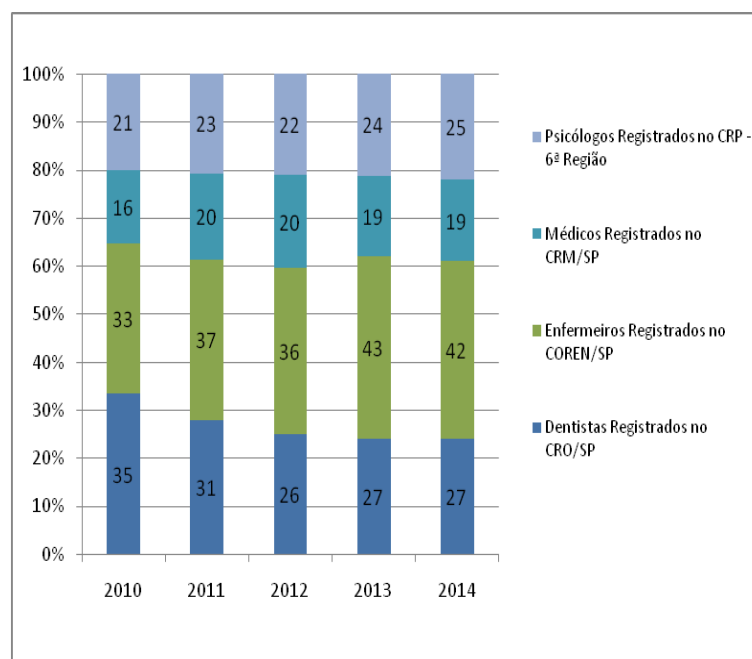
Tabela 2 – Martinópolis: Leitos de internação por coeficiente de mil/hab.

<u>ano</u>	<u>Leitos de Internação</u>	<u>Leitos de Internação (Coeficiente por mil habitantes)</u>	<u>Leitos SUS</u>	<u>Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)</u>
2010	66	2,73	41	1,69
2011	66	2,71	41	1,68
2012	66	2,69	41	1,67
2013	66	2,68	41	1,68
2014	66	2,66	41	1,65

Fonte: Banco de Dados, IMP, 2016. Disponível em www.seade.gov.br

No caso da disponibilidade de profissionais da área, a rede de saúde conta com aumento do número de médicos, de psicólogos e de principalmente de enfermeiros, entre os anos 2010 a 2014, com retração do número de dentistas. Isso se deu principalmente ao aumento da contratação de profissionais da rede pública, devido aos convênios com Governo Federal (gráfico 12) .

Martinópolis: Evolução do nº de profissionais da saúde (2010 – 2014)



Fonte: Banco de Dados, IMP, 2016. Disponível em www.seade.gov.br

Contudo, é necessário que haja contratação de profissionais de acordo com crescimento populacional, e que, de fato, atendam a demanda da criação do Distrito Industrial e a chegada de novas empresas para o município².

A dimensão saúde poderá ser atendida em três duas frentes de ação: a) saúde preventiva; b) atendimento ambulatorial emergencial; c) controle de endemias e doenças infecto-contagiosas;

Para tanto, esse plano identifica algumas propostas:

i. Reorganização dos convênios com SUS e atendimento no âmbito emergencial da Santa Casa de Misericórdia, através de novos convênios;

ii. Dinâmica no atendimento dos Postos de Saúde da Família (PSFs), dos bairros, vilas e distritos em conformidade com as demandas populacionais, recursos do SUS e coeficientes da Organização Mundial da Saúde (OMS);

iii. Planejamento das políticas de saúde preventivas em convênio com SUS, Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, SUCEN e demais programas oferecidos em âmbito federal, que atendam a demanda populacional.

iv. Manutenção permanente das ações de controle de endemias e do programa médico da família.

v. Planejamento de âmbito institucional para oferta de medicamentos e recursos físicos para funcionamento adequado dos programas e órgãos de saúde, de acordo com orçamento e convênios firmados com entes da União.

vi. Parceria entre os conselhos municipais de modos que surjam ações consultivas e programáticas para desenvolvimento da saúde preventiva, do trabalhador, da mãe e da criança, dos idosos, dos portadores de necessidades especiais, dependentes químicos, portadores de doenças crônicas, controles de endemias, DST/AIDS, e demais grupos expostos a vulnerabilidade. Esse parceria poderá se dar com Conselho Municipal de Educação (COMED), Conselho de Segurança Pública (CONSEG), Conselho Tutelar (CT), conselho municipal de desenvolvimento e planejamento, Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA), Conselho Municipal de Trânsito (COMTRAN) e demais órgãos municipais como, Projeto Cidadão, PROERD, Banda Marcial, Departamento de Esportes

² Segundo OMS, em países desenvolvidos ligados a OCDE, o número de médicos por habitantes é de 3,0 por mil; em países emergentes esse número chega a perto de 2,0, por mil, contudo no município o índice que chegou a 0,8/mil/hab, quando atualmente é 0,77 por/mil.hab. (www.seade.gov.br)

(DEREM) e instituições religiosas, Instituto Adolpho Lutz (Presidente Prudente), vigilância sanitária, etc.

vii. Junto com órgão municipal de planejamento buscar-se-á novos recursos e convênios em plataformas digitais, com grupos de pesquisa das universidades, a fim de criar novas redes de relações e alternativas para implementação de ações preventivas e permanentes.

viii. Manter no setor de infra-estrutura e junto aos departamentos de planejamento e de serviços, os serviços de manutenção e saneamento básico, com objetivo de se atingir 100% de oferta de água e esgoto, às residências urbanas (cidade e distritos).

ix. Viabilizar continuidade de convênios para oferta de serviços de saneamento, esgoto e reaproveitamento da água nas propriedades rurais, através de projetos técnicos, em parceria com o Departamento Municipal de Agricultura.

x. Dinamizar serviços e ações de socorro e resgate;

xi. Reorganizar sistemas de vigilância sanitária em ambientes comerciais, públicos, que propiciem ajuntamento de pessoas e forneçam alimentação.

xii. Na medida da disponibilidade orçamentária, fomentar formação continuada para profissionais diretamente e indiretamente ligados à área da saúde

IV – Segurança Pública

3.4. Dimensão: Infra-Estrutura e Meio Ambiente

Esse plano identifica as ações de infra-estrutura e do meio-ambiente numa única dimensão devido ao conjunto de atividades desenvolvidas, tanto nos espaços urbano e rural, precisarem de adequação e normatização ambiental.

Desse modo, serviços de infra-estrutura como fornecimento de água, energia elétrica, rede de esgoto, pavimentação de arborização precisam ser estruturados através de planejamento interdisciplinar e ações coletivas.

De fato, procurar-se-á identificar a oferta desses serviços acima descritos através de planos e setores de interesse, de acordo com manejo adequado dos recursos naturais (relevo, clima, água, vegetação, etc), com levantamento de dados, vulnerabilidade social e ambiental, fatores de risco necessidades dos serviços, adequados.

Esse planejamento dar-se-á com objetivos de entender-se melhor a oferta de serviços, em setores diretamente relacionados com a infra-estrutura e o meio-ambiente. Assim:

- i. Planejar a coleta de resíduos sólidos – lixo urbano e rural
- ii. Planejar a coleta de resíduos descartáveis e suas reutilizações – separação do lixo e reaproveitamento econômico, através da Associação de Coleta Seletiva e Reciclagem do Lixo.
- iii. Planejamento de educação ambiental a partir dos órgãos públicos, instalações comerciais e escolas.
- iv. Planejamento dos espaços urbanos públicos e particulares e suas subutilizações (terrenos, áreas de lazer)
- v. Planejamento nas ações de manutenção das redes de água e esgoto através dos departamentos de água e esgoto (DAE) e fiscal;
- vi. Planejamento dos serviços de pavimentação, defesa civil, arborização e coleta de águas pluviais em áreas de risco, evitando-se transtornos urbanos coletivos e a particulares.
- vii. Viabilizar os serviços de infra-estrutura do Balneário “Usina Laranja Doce”, segundo normatização e manejo dos recursos naturais (CETESB, EIA/RIMA, legislação ambiental) disponíveis nas áreas das microbacias e áreas urbanas ao redor do lago.
- viii. Planejar e manter serviços de manutenção e funcionamento das lagoas de tratamento, tanto do esgoto municipal, ao norte da cidade, como das instaladas abaixo da barragem da Represa Laranja Doce.
- ix. Planejar a construção do futuro Distrito Industrial em conformidade com órgãos ambientais e infra-estruturais, estabelecendo convênios e parceria com Ministério do Meio Ambiente (MMA), das Cidades, CETESB, Instituto do Meio Ambiente (IBAMA), Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional das Águas (ANA), Comitês Estaduais das Bacias Hidrográficas (CEBH-PP), Agência Nacional da Saúde (ANS), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e demais possíveis parceiros que possibilitem fomento aos projetos desenvolvidos no Distrito.
- x. Articular o projeto do distrito Industrial com ações em rede, que viabilizem inovações na área de produção e comércio, fluxos e logística, escoamento, armazenamento e reutilização dos produtos; captação de recursos públicos e privados que fomentem

desenvolvimento de cadeias produtivas; possibilitar recursos físicos na área de comunicação e sinal digital;

xi. Proporcionar políticas fiscal, orçamentária e ambiental, que viabilize a instalação das planas industriais e demais empresas interligadas.

xii. Viabilizar, junto a convênios e orçamento próprio, infra-estrutura adequada de moradia, saneamento, logística e serviços urbanos em locais considerados áreas de risco (Jardim Alegrete, áreas de inundação da vila Alegrete, Vila Jaquelaitis, dentre outras) possibilitando proteção social e física às populações dessas áreas, através de monitoramento humano, dos serviços públicos e de levantamento de dados locais.

xiii. Na área esportiva:

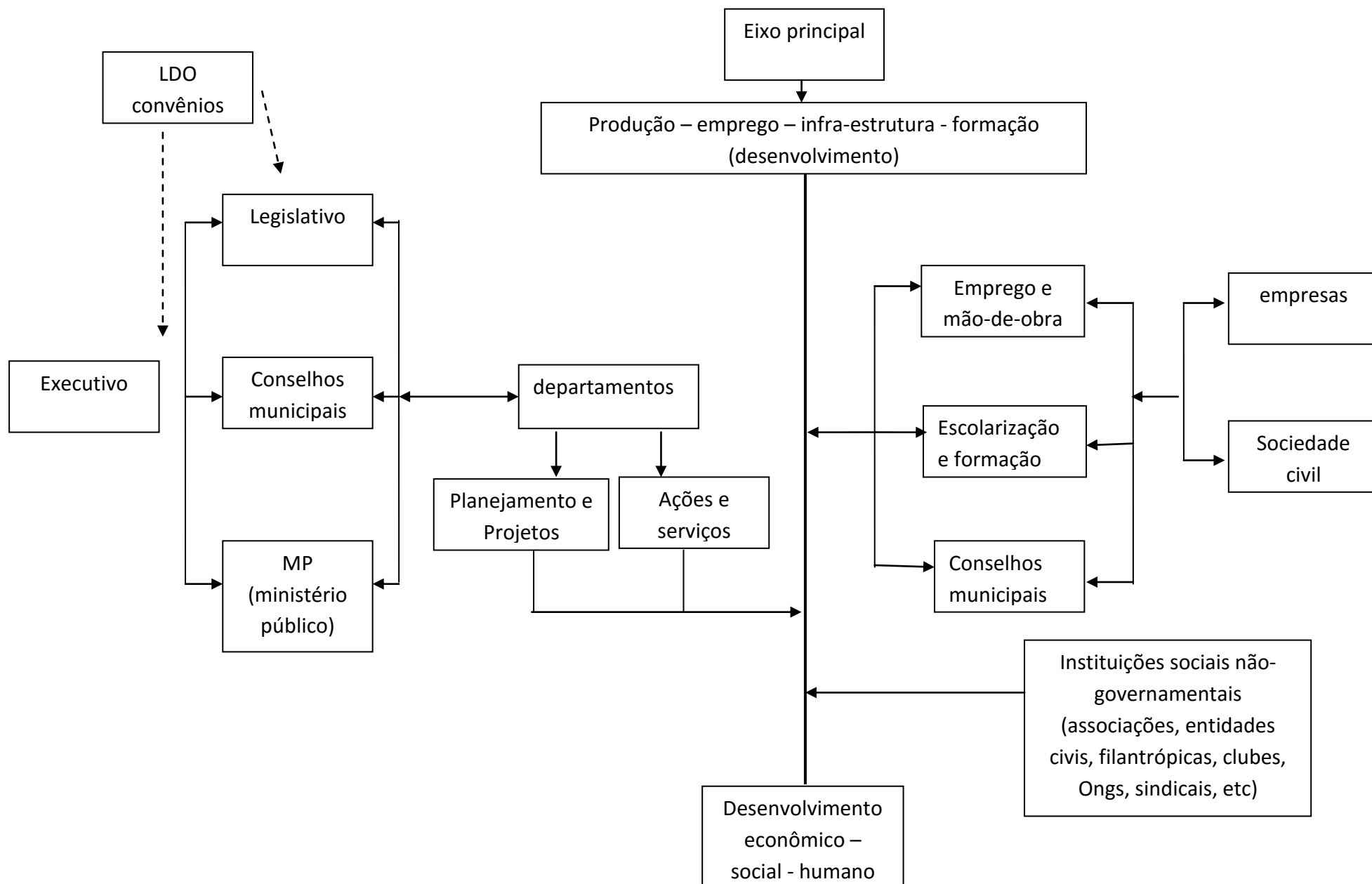
- Intercalar as ações dos complexos esportivos, Helio Sanchez e Estádio Municipal “Peladão”, às normas ambientais, de saneamento e de acesso e otimizar os ambientes para utilização, prática esportiva e lazer

- Junto às praças municipais, com ou sem academias, adequar e planejar utilização conforme normas ambientais, de saneamento e de acesso e otimizar os ambientes para utilização, prática esportiva e lazer (cidade e vilas).

xiv. Nas áreas rurais, além das propostas citadas em item específico, poderá o poder público fomentar ações que viabilizem proteção de APP, reflorestamento e manutenção dos cursos d’água, através de convênios públicos e TACs, além do manejo dos recursos naturais e projeto de educação ambiental.

Além das propostas acima citadas poderá o poder público viabilizar capital político local na construção de Termos de Ajuste de Conduta (TACs), em parcerias com Ministério Público Regional, em eventuais aplicações de sanções em demandas ambientais.

Anexo I



Referências

BRASIL, Governo Federal. **Censo Demográfico, 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em jul. 2016.

GOVERNO FEDERAL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN, 9694/96)**. Disponível em <http://mec.gov.br>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em <http://onu.org.br>. Acessado em jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL AS SAÚDE (OMS/ONU). Disponível em <http://http://www.paho.org/bra>

ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Disponível em <http://ocde.org.br>

SÃO PAULO, GOVERNO DO ESTADO. **Estatísticas de produção paulista, 1995 – 2015**. Instituto de economia Agrícola. Secretaria de Agricultura e Abastecimento (IEA/SAA). Disponível em <http://http://www.iea.sp.gov.br/out/index.php>. Acessado em julho de 2016.

SÃO PAULO, GOVERNO DO ESTADO. **Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo (Banco de dados)**. Fundação Sistema estadual de Análise de Dados (SEADE). 2016. Disponível em <http://seade.sp.gov.br>

SOUZA, P. C. **Políticas Públicas e desenvolvimento rural na Região de Presidente Prudente: PRONAF e PEMH**. Departamento de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2012. (Tese de Doutorado, p. 235.). Disponível em <http://www.fct.unesp.br>